

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: O USO DE JOGOS COMO UMA METODOLOGIA PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Karolayne Araújo Coelho

karolayneacoelho@gmail.com¹

Mariana Amâncio de Sousa Moraes

mariana.amancio2901@gmail.com

Resumo

As práticas de ensino, bem como atividades de estágios e oficinas realizadas durante a graduação, são de grande importância para os cursos de licenciatura, por permitirem o contato dos graduandos com o dia a dia e a realidade das escolas. Essa aproximação, ao longo da formação de professores, favorece seu desenvolvimento profissional por permitir, ainda na graduação, uma vivência junto aos aspectos da sala de aula que não são possíveis de serem compreendidos em sua totalidade, apenas na teoria. Tem-se, portanto, a necessidade e a pertinência da teoria e da prática, que em uníssono, contribuem para a sua formação. Dentre as diversas dificuldades no meio educacional está a inclusão de alunos com necessidades especiais em sala de aula. Esses alunos, por vezes, não conseguem acompanhar uma aula tradicional e meramente expositiva, realizada apenas com a voz do professor, lousa/datashow e livro didático. Dessa forma, acreditamos ser fundamental a elaboração de metodologias diferenciadas, que auxiliem na inclusão de todos os alunos. Para tanto, um dos instrumentos pedagógicos é a ludicidade e, em nossa prática, discutiremos o papel dos jogos educativos. Esses desenvolvem diversas características dos discentes, como o respeito, a sociabilização e o pensamento lógico, além de poderem ser utilizados tanto para o entendimento de determinados conteúdos quanto para avaliações. Tem-se, portanto, uma ferramenta muito rica e com uma miríade de possibilidades, se bem explorada. No caso da intervenção descrita neste trabalho, foi elaborado um jogo com uma série de perguntas e uma rodada de mímicas, relacionadas ao assunto programático da região Nordeste brasileira. Notou-se que, através dessa metodologia, a aluna com necessidades especiais presente em sala interagiu mais do que no dia a dia das aulas tradicionais, incluindo-se, portanto, no decorrer da atividade. Deste modo, consideramos a significância dos jogos como metodologia de inclusão.

Palavras-chave: Educação inclusiva, metodologias diferenciadas, prática de ensino.

¹ Intervenção realizada na disciplina de Oficina Geográfica III, do curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Trabalho orientado pela Prof^a Dr^a Iara Rafaela Gomes, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC).



Introdução

Segundo Mafuani (2011), a experiência de atuação profissional, ainda durante a graduação, é bastante relevante para que o estudante possa pôr em prática os conhecimentos teóricos e, assim, tornar-se um profissional mais qualificado. Faz-se necessária, portanto, a presença de práticas e atividades ao longo da formação que possibilitem esse contato direto com a sala de aula, como é o caso dos Estágios Supervisionados e da disciplina de Oficina Geográfica III, com a intervenção que será descrita ao longo desse artigo.

A intervenção e pesquisa empírica realizadas na disciplina de Oficina Geográfica III, no ano de 2018, deram-se em uma escola da rede municipal de Fortaleza/CE. Estabeleceu-se como objetivo inicial, promover uma aproximação com a realidade do espaço escolar, de modo a nos auxiliar na preparação para o trabalho junto aos alunos que necessitam de uma atenção especial em sala de aula. A ideia foi desenvolver atividades para alunos com necessidades educativas especiais, através da utilização de metodologias diferenciadas. Essa expressão, segundo a Declaração de Salamanca (1994:6):

a expressão “necessidades educativas especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e, conseqüentemente, têm necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua escolaridade (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994:6 *apud* SANCHES; TEODORO, 2009, p. 67).

O desafio foi tentar incluí-los nas atividades cotidianas através do uso de jogos e do lúdico. A finalidade da intervenção foi propiciar condições para a reflexão da atividade docente a partir da relação teoria-prática e de como o professor, muitas vezes, precisa trabalhar sem apoio direto da instituição para a elaboração de materiais inclusivos.

Os procedimentos metodológicos foram, em especial, a pesquisa bibliográfica para melhor entendimento da educação inclusiva e sua situação no Brasil, bem como a observação do espaço físico da instituição onde seria realizada a intervenção, entrevistas com a professora de Geografia e com a coordenação, e, por fim, elaboração do material utilizado e intervenção, de fato, em sala de aula.

Para melhor compreensão, este trabalho organiza-se a partir dos seguintes pontos: Apresentação dos objetivos e da metodologia desenvolvidos; Seguidos da discussão teórica a partir dos autores que deram o embasamento para a construção da atividade; Na sequência,

trazemos uma apresentação dos resultados alcançados, onde descrevemos a estrutura física da escola, seus pontos positivos e negativos, além da exposição da entrevista realizada com a professora; a descrição da realização da intervenção; e por último, as considerações finais.

Objetivos

Nosso objetivo foi fomentar a discussão a respeito do ensino de Geografia voltado para alunos com necessidades educativas especiais, levando em consideração a importância do assunto, enquanto professores em formação. Com isso, o trabalho buscou relacionar o referencial teórico utilizado como alicerce do estudo com a intervenção realizada na escola de rede pública, escolha pensada devido à carência de recursos didáticos detectada em levantamento prévio realizado. O intuito foi mostrar que, apesar das barreiras existentes, é possível desenvolver técnicas simples, mas capazes de promover uma maior interação entre os alunos, possibilitando aos discentes com necessidades especiais uma maior facilidade para a compreensão de diversos assuntos em Geografia.

Metodologia

A prática realizou-se a partir de algumas etapas. A primeira delas foi o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica. A mesma buscou levantar material que pudesse nos ajudar tanto no melhor entendimento da importância das práticas de ensino na formação de futuros profissionais da educação, quanto nos permitir elencar material bibliográfico para compreender o que são as necessidades educativas especiais e compreender o histórico da educação voltada a pessoas com necessidades especiais no Brasil. Por fim, também foi essencial levantar bibliografia sobre o uso do lúdico e dos jogos e como eles podem ser utilizados como metodologias para incluir esses discentes no ambiente da sala de aula.

A segunda atividade, após o levantamento bibliográfico e a leitura do material selecionado, foi realizar uma análise da estrutura física da escola – avaliando se é adequada para os alunos com necessidades especiais e permite a inclusão dos mesmos. Em seguida, a realização de uma entrevista com a professora de Geografia da turma em que seria realizada a intervenção. A entrevista e os momentos presentes em sala de aula nos aproximaram do universo em investigação para que pudéssemos pensar as atividades posteriores.

Posteriormente, foram confeccionados os cartões que seriam utilizados na atividade. A intervenção proposta para o 7º ano da escola municipal foi pautada, basicamente, no conteúdo que já estava sendo trabalhado em sala de aula pela professora, consistindo no tema da região



Nordeste do Brasil. Dito isso, outra informação importante que nos ajudou a selecionar esta turma para intervenção, foi o fato de que havia uma aluna com necessidades educativas especiais. Uma menina de 12 anos, que tem o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) de nível 1. Portanto, foi planejada uma atividade com o intuito de envolvê-la na aula, de forma a fazer com que a interação desta aluna se fizesse presente dentro daquele contexto.

A partir da temática trabalhada e objetivando a participação da discente com necessidades especiais, foi proposta à professora uma atividade dinâmica e participativa, na qual os alunos(as), de uma forma geral, pudessem interagir.

Dessa forma, a intervenção consistiu em três momentos. O primeiro foi uma breve revisão do conteúdo abordado em sala de aula pela professora, de forma a reforçar alguns conceitos essenciais, como fatores da economia e da cultura da região, que seriam posteriormente trabalhados nas segunda e terceira etapas da aula.

O momento seguinte foi especialmente para a realização da dinâmica pedagógica. A sala foi dividida em 5 grupos de cerca de 6 estudantes, cada grupo sendo nomeado como algum estado nordestino – os alunos escolheram os nomes, por conhecerem ou desejarem conhecer algum estado específico. Explicaram-se as regras e o processo de realização do jogo. No segundo momento, foi proposto que as equipes participassem de uma rodada de perguntas a respeito do Nordeste, variando de situações com respostas mais argumentativas – como a identificação de características culturais nordestinas – até as mais específicas – por exemplo, qual o maior estado do Nordeste.

Em um terceiro momento, foi solicitado que os alunos desenvolvessem mímicas relacionadas a diversos conceitos característicos da região Nordeste do Brasil, desde características mais ambientais, até particularidades socioculturais. Esta etapa foi pensada considerando a importância de direcionar a energia da turma para a realização da atividade, por se tratar de uma etapa mais dinâmica e que teria a necessidade de um maior esforço mental e físico por parte dos alunos.

A partir disso, a aula decorreu em um tempo de 50 minutos, sendo destinados 15 minutos para o primeiro momento, 30 minutos para o segundo e terceiro e os 5 minutos restantes para pequenas avaliações da intervenção, onde mantivemos uma conversa com os alunos para saber a opinião dos mesmos a respeito das atividades realizadas.

Fundamentação teórica

Segundo Saiki e Godoi (2007), as práticas de ensino – tanto em estágios supervisionados quanto atividades pontuais em outras disciplinas – são essenciais para a formação dos estudantes de licenciatura em profissionais do magistério. É de grande importância que esses contatos com a sala de aula se iniciem já durante a graduação, de forma a estabelecer uma parceria teoria-prática, tal como desenvolver a articulação “dos futuros professores com o espaço de trabalho, a escola, a sala de aula e as relações a serem construídas” (*ibid.*, p. 27). Tem-se, através dessas práticas, a vivência direta com a realidade desses espaços e as dificuldades existentes, sendo uma delas a inclusão de alunos com necessidades especiais.

De acordo com Antunes (2008), em um primeiro passo para tratar desse tema é necessário conceituar a *normalidade* e a *anormalidade* para, após, tentar, não uma classificação, mas uma incompleta listagem das imensas diferenças que esse universo abriga. É, portanto, errôneo querer listar os alunos em apenas dois grupos, julgando-os como normais ou anormais. Além disso:

[...] todos esses alunos [com necessidades especiais] devem ter direito a um atendimento educacional especializado e, preferencialmente, seu espaço de aprendizagem em classes normais, ao lado das demais crianças, evitando-se, dessa forma, qualquer modalidade de segregação (*ibid.*, p. 13).

Entretanto, a realidade da preocupação com a inclusão é recente, haja vista que a responsabilidade do nascimento de uma criança com necessidades especiais era colocada totalmente sobre os pais e o Estado brasileiro se isentava de envolvimento. Somente a partir de 1950 é que se teve o início da criação de classes formadas para esses alunos em escolas comuns. Porém, foi principalmente após a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990 e com a assinatura da Declaração de Salamanca, em 1994, que o Brasil oficialmente reconheceu a necessidade de se pensar em uma pedagogia de inclusão (*ibid.*, p. 15-16).

A partir de então, foi possível se observar certa evolução no que diz respeito à inclusão desses alunos no ambiente escolar, através da criação de serviço de apoio e salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a presença de funcionários responsáveis pelo acompanhamento dos mesmos. Entretanto, ainda se têm percalços na inclusão desses discentes, efetivamente, em sala de aula, pois, em muitos casos a metodologia de ensino tradicional acaba por dificultar mais a aprendizagem. Costumeiramente, enquanto o docente ministra um determinado conteúdo para o resto da sala, o funcionário responsável pelo



acompanhamento dos alunos com necessidades especiais acaba direcionando algo considerado mais simples para os mesmos.

Dessa forma, torna-se essencial o uso de metodologias diferenciadas, entre elas o trabalho com o lúdico para a verdadeira inclusão, de modo a dinamizar o ambiente da sala de aula e o conteúdo programático. O lúdico tem grande valor pedagógico e seu uso em metodologias dos docentes traz o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem (MARQUES, 2012, p. 85). De acordo com Teixeira (1995), o lúdico é uma parte natural e intrínseca do ser humano, principalmente nas crianças e é caracterizado por dois elementos essenciais, o prazer e o esforço espontâneo:

- [...] Ele é considerado prazeroso, devido a sua capacidade de absorver o indivíduo de forma intensa e total, criando um clima de entusiasmo. É este aspecto de envolvimento emocional que o torna uma atividade com forte teor motivacional, capaz de gerar um estado de vibração e euforia. Em virtude desta atmosfera de prazer dentro da qual se desenrola, a ludicidade é portadora de um interesse intrínseco, canalizando as energias no sentido de um esforço total para consecução de seu objetivo. Portanto, as atividades lúdicas são excitantes, mas também requerem um esforço voluntário;
- As situações lúdicas mobilizam esquemas mentais. Sendo uma atividade física e mental, a ludicidade aciona e ativa as funções psico-neurológicas e as operações mentais, estimulando o pensamento (TEIXEIRA, 1995, p. 23).

Dentre o lúdico, tem-se a criação de jogos como recursos metodológicos, como ocorreu na intervenção aqui descrita. Os jogos têm grande potencial como instrumentos pedagógicos, sendo integradores e auxiliando na “habilidade de elaborar sínteses” (PROENÇA JUNIOR, 2002 *apud* KLIMEK, 2007, p. 117). Podem ser utilizados tanto como ferramentas para o entendimento de determinados conteúdos programáticos, como para avaliações dos discentes. Entretanto, o grande diferencial dessas ferramentas metodológicas é que o aprendizado não se resume ao de um determinado tema ou habilidade e sim a uma miríade dos mesmos. Tem-se, portanto, o potencial de transformar um ambiente muitas vezes rígido em algo descontraído e lúdico, trabalhando-se, através dos jogos, o respeito, responsabilidade, a socialização, o pensamento lógico e estratégico, além do domínio do espaço (KLIMEK, 2007). Assim, os jogos se apresentam como essenciais para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em sala de aula.

Resultados obtidos

Em relação à análise da estrutura física da escola, foi constatada a presença de várias rampas no local, porém, tem-se a problemática da falta de um banheiro adaptado para este público. É, portanto, necessário que alguém auxilie os alunos cadeirantes a entrarem no banheiro sem a cadeira de rodas ou os mesmos não poderão utilizá-lo durante todo o turno em que permanecerem na escola. Esse é um flagrante caso de exclusão, tendo em vista que se torna um constrangimento para os alunos e estes poderiam acabar por se privarem de utilizar o banheiro das dependências escolares. Dessa forma, é importante ressaltar que para a inclusão de alunos com necessidades especiais não basta apenas a construção de rampas – apesar de ser, obviamente, um primeiro passo importante. Outra questão é que, apesar da presença de muitas rampas, algumas delas são muito estreitas, íngremes e também não estão presentes em todos os locais necessários para a verdadeira inclusão dos alunos com dificuldades motoras no ambiente escolar.

Após essa análise, realizou-se uma entrevista com a professora de Geografia que ministra as aulas na turma em que foi feita a intervenção. Ela demonstrou bastante interesse e preocupação quanto às dificuldades enfrentadas fora e, em especial, dentro de sala de aula nesta perspectiva, na tentativa de aplicar uma educação inclusiva eficiente. De acordo com a mesma, suas turmas sempre tiveram alunos com necessidades educativas especiais, já tendo convivido com estudantes com déficit de atenção, autismo, dificuldades motoras, etc. Informou ainda que não se sente preparada para lidar com este público.

Quando indagada quanto ao seu processo de formação, relatou que durante sua graduação não houve nenhuma disciplina capaz de prepará-la para lidar com esses alunos. Disse ainda que está perto de se aposentar e que pretende usar o tempo após a aposentadoria para estudar e se especializar em suas áreas de interesse de pesquisa, como questões da área ambiental ou, justamente, educação inclusiva. Ela ainda falou sobre suas experiências com seu filho de 11 anos, que tem Síndrome de Down, e é uma das influências para a sua preocupação com a temática. Destacou as dificuldades enfrentadas na adaptação do filho e que o mesmo estuda em uma escola particular, com turmas menores, onde há uma preocupação maior da escola com o bem estar do seu filho e de outros alunos de forma individual, facilitada pelo número pequeno de alunos por turma. Ressaltou também que, apesar de ter imensa preocupação com estes alunos, no caso da escola pública, a realidade é outra e se torna quase impossível dar

rotineiramente. Esse fato demonstra a importância de metodologias voltadas ao lúdico e aos jogos para integrar os discentes, principalmente aqueles com necessidades educativas especiais.

Considerações finais

A atividade realizada tornou possível uma maior aproximação com a realidade do âmbito escolar, principalmente quanto à rede pública de ensino, visto que esta oferece desafios árduos – como é o caso da busca pela implementação de uma educação inclusiva eficiente e capaz de promover mudanças reais, tanto para os que necessitam de ajuda especializada, quanto para os docentes que participam do processo.

É válido ressaltar que a intervenção não ocorreu de forma isolada. Para embasá-la, inicialmente foi feito um estudo de uma série de bibliografias, capazes de fundamentar e capacitar para o contato direto com esta realidade. Todo o embasamento teórico foi aliado à intervenção na escola, que proporcionou não só a compreensão do assunto segundo a visão dos autores lidos, mas também uma atuação eficaz em sala de aula, e, além disso, possibilitou observar com clareza as divergências existentes no âmbito escolar.

Mesmo de forma pontual, a atividade nos mostrou, como discentes de graduação em licenciatura, a realidade enfrentada nas escolas que, em muitos casos, não oferecem o aparato necessário para este público com necessidades educativas especiais. Com isso, a busca por uma educação inclusiva torna-se um enorme desafio para o professor, visto que cabe a ele fomentar uma inclusão, mesmo que haja uma escassez de recursos didáticos e pedagógicos apropriados.

O resultado da intervenção foi uma experiência rica e capaz de despertar um olhar mais inclusivo e uma maior preocupação quanto às necessidades especiais que poderão ser vivenciadas em meio à docência. Mostrando que, apesar das dificuldades, o professor pode e deve buscar métodos simples que possibilitem uma maior integração e sociabilização desses discentes.

Referências bibliográficas

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Revista ABRAPEE**, Campinas, v. 12, n. 2, dez 2008. p. 469-475. Disponível em: <<http://goo.gl/Y5L61M>>. Acesso em: 01 nov. 2018.



KLIMEK, Rafael Luís Cecato. Como aprender Geografia com a utilização de jogos e situações-problema. In: PASSINI, Elza Yasuko (org.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 117-123.

MAFUANI, F. **Estágio e sua importância para a formação do universitário**. Instituto de Ensino superior de Bauru. 2011. Disponível em: <goo.gl/znPik1>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MARQUES, Cláudia Luíza. Metodologia do lúdico na prática docente para melhoria da aprendizagem na educação inclusiva. **Revista Eixo**. v. 1, n. 2, nov. 2012. p. 80-91. Disponível em: <<http://twixar.me/M5mK>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SAIKI, Kim; GODOI, Francisco Bueno de. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. In: PASSINI, Elza Yasuko (org.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 26-31.

SANCHES, Isabel; TEODORO, Antônio. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de educação**, v. 8, n. 8, 2009. Disponível em: <<http://twixar.me/TxFK>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

TEIXEIRA, Carlos E. J. **A ludicidade na escola**. São Paulo: Loyola, 1995.